



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA
CENTRO DE EDUCAÇÃO
CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO A DISTÂNCIA
ESPECIALIZAÇÃO LATO-SENSU EM GESTÃO EDUCACIONAL**

**EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS:
ARTICULAÇÕES ENTRE POLÍTICAS EDUCATIVAS
E A GESTÃO ESCOLAR**

MONOGRAFIA DE ESPECIALIZAÇÃO

Antoninha Bitelo da Silva

**Sapucaia do Sul, RS, Brasil
2011**

**EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS:
ARTICULAÇÕES ENTRE POLÍTICAS EDUCATIVAS
E A GESTÃO ESCOLAR**

por

Antoninha Bitelo da Silva

Monografia apresentada ao Curso de Pós-Graduação a Distância
Especialização *Lato-Sensu* em Gestão Educacional, da Universidade
Federal de Santa Maria (UFSM, RS), como requisito parcial para
obtenção do título de
Especialista em Gestão Educacional

Orientadora: Prof^a. Ana Paula da Rosa Cristino

**Sapucaia do Sul, RS, Brasil
2011**

**Universidade Federal de Santa Maria
Centro de Educação
Curso de Pós-Graduação a Distância
Especialização *Lato-Sensu* em Gestão Educacional**

A Comissão Examinadora, abaixo assinada,
aprova a Monografia de Especialização

**EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS:
ARTICULAÇÕES ENTRE POLÍTICAS EDUCATIVAS
E A GESTÃO ESCOLAR**

elaborado por
Antoninha Bitelo da Silva

como requisito parcial para obtenção do título de
Especialista em Gestão Educacional

COMISSÃO EXAMINADORA:

Ana Paula da Rosa Cristino, Ms. (UFSM)
(Presidente/Orientador)

Maria Luiza Rodrigues Flores, Dr^a. (UFSM)

Patrícia Thoma Eltz, Ms. (SMEC)

Sapucaia do Sul, 14 de janeiro de 2011.

“Curiosidade, criatividade, disciplina e especialmente paixão são algumas exigências para o desenvolvimento de um trabalho criterioso, baseado no confronto permanente entre o desejo e a realidade”.

Mirian Goldenberg

AGRADECIMENTOS

A Deus, por ter-me dado força e fé, para enfrentar mais este desafio;

Aos professores, tutores e especialmente a Tutora Patrícia e a Orientadora Ana Paula, pela dedicação e apoio durante a realização desta pesquisa.

RESUMO

Monografia de Especialização
Curso de Pós-Graduação a Distância
Especialização *Lato-Sensu* em Gestão Educacional
Universidade Federal de Santa Maria

EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS: ARTICULAÇÕES ENTRE POLÍTICAS EDUCATIVAS E A GESTÃO ESCOLAR

AUTORA: Antoninha Bitelo da Silva
ORIENTADOR: Ana Paula da Rosa Cristino
Sapucaia do Sul /RS, 14 de janeiro de 2011.

Esta pesquisa teve como objetivo analisar os desafios e as perspectivas para a Educação de Jovens e Adultos, a partir das Políticas Educacionais e a Gestão Escolar. A abordagem metodológica qualitativa, a pesquisa bibliográfica e a análise documental possibilitaram o realce informações e a compreensão das finalidades do estudo. Através da análise das legislações e fontes bibliográficas, observou-se que as políticas públicas vêm contribuindo para o ensino da Educação de Jovens e Adultos, com recursos e programas que permitem aos alunos matriculados na modalidade, concluírem seus estudos em tempos e espaços específicos determinados pelas legislações vigentes. A gestão escolar pode auxiliar a estruturação da Educação de Jovens e Adultos através da garantia da formação integral (humana e acadêmica). Resgatar a cidadania dos alunos desta modalidade requer além de bons currículos escolares, formação docente adequada, gestão democrática e participativa. Acima de tudo, são grandes as perspectivas para a Educação de Jovens e Adultos e conseqüentemente, para aqueles que através dela poderão concretizar o seu desenvolvimento como cidadãos.

Palavras-chave: Educação de Jovens e Adultos. Políticas Públicas Educacionais. Gestão Escolar.

ABSTRACT

Monografia de Especialização
Curso de Pós-Graduação a Distância
Especialização *Lato-Sensu* em Gestão Educacional
Universidade Federal de Santa Maria

EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS: ARTICULAÇÕES ENTRE POLÍTICAS EDUCATIVAS E A GESTÃO ESCOLAR

AUTHOR: Antoninha Bitelo da Silva
ADVISER: Ana Paula da Rosa Cristino
Sapucaia do Sul /RS, 14 de janeiro de 2011.

This study aimed to examine the challenges and prospects for the Education of Young People and Adults, through the Educational Public Policies and Management School. The qualitative approach, the literature search and document al analysis enabled the enhancement information and understanding of the purposes of the study. With the analysis of law and literature sources, it was noted that public policies have contributed to the teaching of the Youth and Adult Education, through of resources and programs that allow students enrolled in this modality, conclude their studies in time and space certain by specific legislations. The school management can help the structuring of the Youth and Adult Education by ensuring the full learning (human and academic). Rescue the citizenship of the students in this modality, requires good school curriculums, appropriate teacher' studies, democratic and participative management. Above all, there are great prospects for Youth and Adult Education and therefore, for those that with knowledge, will materialize their development as citizens.

Key-words: Youth and Adult Education. Educational Public Policies. School Management.

LISTA DE SIGLAS

CEB – Câmara de Educação Básica

CED – Centro de Educação a Distância

CNE – Conselho Nacional de Educação

CRE – Coordenadoria Regional de Educação

ECA – Estatuto da Criança e Adolescente

EJA – Educação de Jovens e Adultos

ENCCEJA – Exame Nacional para Certificação de Competências de Jovens e Adultos

FNDE – Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação

FUNDEF – Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental

FUNDEB – Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

LDBN – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional 9394/96

MOBRAL – Movimento Brasileiro de Alfabetização

NEEJA – Núcleo de Educação de Jovens e Adultos

PNE – Plano Nacional de educação

PCNs – Parâmetros Curriculares Nacionais

PPP – Projeto Político-Pedagógico

PROEJA – Programa de Integração da Educação Profissional ao Ensino Médio na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos

PROJOVEM – Programa Nacional de Inclusão de Jovens

SAERS – Sistema de Avaliação Educacional Rio Grande do Sul

RS – Rio Grande do Sul

UFMS – Universidade Federal de Santa Maria

UNESCO – Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	10
CAPÍTULO 1 EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS: ARTICULAÇÕES ENTRE POLÍTICAS EDUCATIVAS E A GESTÃO ESCOLAR	13
1.1 Considerações iniciais.....	13
1.2 Objetivos	17
1.2.1 Objetivo geral	17
1.2.2 Objetivos específicos.....	17
1.3 Encaminhamentos Metodológicos.....	18
1.3.1 Caracterização teórico-metodológica: Abordagem qualificativa.....	18
1.3.2 Procedimentos metodológicos: Pesquisa bibliográfica e Análise documental	19
CAPITULO 2 POLÍTICAS PÚBLICAS E ASPECTOS HISTORICOS NO ENSINO DA EJA	21
2.1 O Ensino de jovens e adultos: Aspectos históricos e legais.....	21
2.2 As políticas públicas no contexto da Educação de Jovens e Adultos	24
2.2.1 Programa do Governo Estadual “Boa Escola para Todos” e suas relações com a Educação de Jovens e Adultos.....	28
2.3 As contribuições da gestão escolar para a organização da EJA.....	30
CAPITULO 3 CONTRIBUIÇÕES DAS POLITICAS PÚBLICAS PARA O ENSINO DA EJA	35
3.1 As políticas públicas e EJA	35
3.2 Políticas Públicas, Gestão Escolar e perspectivas para a EJA	40
4 CONSIDERAÇÕES FINAIS	44
REFERÊNCIAS	47

APRESENTAÇÃO

Quando se pensa em EJA - Educação de Jovens e Adultos se imagina um mundo de resgate a cidadania, do saber, de acabar com analfabetismo, de dar chance aqueles que não conseguiram concluir o ensino fundamental e médio no tempo certo e, também, do comprometimento com aquilo que nos propomos um dia como professores, mas este mundo imaginário muitas vezes, está longe do que vemos nas teorias, do que ouvimos nos meios acadêmicos das universidades, do que possa ser realmente na prática.

Na prática a EJA enfrenta muitos obstáculos, carência de recursos financeiros, humanos, didáticos e infra-estrutura adequados para os nela matriculados. Por essas razões, surgiu o interesse pelo tema em questão a partir do contato com as turmas de Jovens e Adultos, na Escola Estadual Ensino Fundamental Adolfo Gustavo Krummenauer, do Município de Portão (RS), onde trabalho como supervisora escolar, percebendo as dificuldades enfrentadas diariamente pelos alunos que encontram nesse ensino um caminho para mudar suas vidas, conseguir um emprego para viver com respeito e dignidade como cidadão.

Nesses quinze anos de caminhada profissional entre, professora, diretora, vice-direção e supervisão escolar, muito lutei e persisti naquela que escolhi como profissão.. A valorização do profissional professor é bastante desgastada em nosso país. Hoje trabalho em duas realidades de ensino: município e Estado.

Existem grandes diferenças entre as duas realidades, percebi que os municípios nos quais atuei e atuo valorizam um pouco mais esse profissional. Nestes últimos quatro anos trabalho, também, como supervisora educacional na Rede Estadual de Ensino, noturno na educação da EJA. A escolha de trabalhar com essa modalidade de ensino, não foi por acaso, pois sempre quis saber como funciona e porque existe tantas discriminação com esses estudantes. Na prática o ensino da EJA é designado para jovens que não conseguem permanecer nos cursos diurnos, os que devem permanecer matriculados pela idade, muitos são encaminhados pelo Ministério Público e devem permanecer na escola como determina a lei vigente.

O desafio é fazer com que os alunos encontrem na oferta desta modalidade não somente uma forma de arranjar um emprego, também o significado para o seu desenvolvimento pessoal e intelectual, percebendo que os conteúdos estudados na escola, contribuem para uma melhor interação do sujeito com o mundo. Além disso, um fato intrigante é a questão da evasão escolar, um número relativamente grande de alunos inicia o semestre, mas não conseguem permanecer até o final, assim como os alunos que estão na mesma Etapa (série) da modalidade há uns cinco anos.

Outro ponto a destacar na EJA, são os gestores, apesar dos esforços para mudar esta realidade não conseguem solucionar o problema, pois os incentivos são poucos. Há carência de material adequado, recursos financeiros e qualificação profissional dos trabalhadores nessa modalidade. É conveniente lembrar que a gestão escolar não se resume na parte burocrática, mas num complexo desafio entre as interações sociais, da dimensão política e ética. Além da ética a formação continuada, se prospecta num processo construtivo superando os modelos de gestão que tem como princípio administração e a burocracia nos afazeres tradicionais, encaminhando-se para uma visão democrática e autônoma dentro dos princípios da cidadania.

Durante esses vários anos de trabalho, tenho observado que os gestores têm características e posturas diferenciadas. Nesse sentido, relata Estevão (2010):

[...]a formação dos gestores educativos deverá contemplar, portanto, para além de competências funcionais, um marco analítico em que estejam presentes dimensões ligadas a uma ética da crítica, uma vez que a escola pública é fundamentalmente uma instituição moral, pois deve preparar as crianças e os jovens a assumirem responsabilidades e papéis de cidadania numa sociedade democrática (p. 93).

Outro elemento importante a ser considerado é do caráter social do exercício e capacidade profissional dos professores-gestores, pois além dos afazeres burocráticos e pedagógicos têm que assumir uma postura democrática diante da comunidade escolar.

Dessa forma, considerando como princípio ético a identidade da escola como formadora de sujeitos críticos, autônomos, visando a cidadania como ponto de partida em suas vidas, é preciso buscar estratégias para motivação e partilha de projetos na comunidades escolar.

Uma alternativa para melhorar o contexto da EJA seria como diz em seu artigo Lück (2000), a gestão em redes entre escolas, como estratégia fundamental para que possam não apenas apoiar-se reciprocamente, na realização de seus objetivos educacionais, como também, possam desenvolver-se organizacionalmente, transformando continuamente suas práticas. Para obter sucesso da prática é necessário uma cultura de rede, que pressupõe um contínuo intercâmbio e interrelação, para o desenvolvimento de um diálogo conjunto. Isolado ninguém sobrevive num mundo de globalização. Mudaram os paradigmas, exigindo delas uma mudança de posturas e de prática.

Outra alternativa é investir no professor-gestor, que deverá ser capaz de: atuar na gestão da educação e da escola, “[...] por meio de práticas caracterizadas pela transparência, pelo trabalho coletivo, pela participação da comunidade nas decisões e pela postura ética, crítica e criativa” (BRASIL, 2007, p.16).

Considerando os aspectos abordados no decorrer da apresentação da pesquisa serão analisadas algumas questões inerentes ao ensino dessa modalidade de ensino, através da compreensão de algumas das políticas públicas que possibilitam a ampliação do acesso e do tempo de permanência dos alunos nas escolas, assim como as perspectivas para a gestão escolar na modalidade, com novos rumos a participação coletiva.

Para melhor entendimento do assunto abordado e dos diferentes pontos de vista analisados, a apresentação da pesquisa será dividida em partes. A primeira é a introdução às temáticas que são EJA, políticas públicas e gestão escolar. Na segunda, serão apresentadas as fundamentações históricas, legais e conceituais que institucionalizaram a EJA no Brasil, ressaltando o período após a redemocratização do país (década de 1980). Para finalizar, virá a análise dos objetivos propostos para o estudo do tema, buscando através das políticas públicas, o embasamento e prioridades para essa modalidade, assim como o papel de todos como gestores na busca de incentivo e qualidade de ensino para a EJA.

CAPÍTULO 1 EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS: ARTICULAÇÕES ENTRE POLÍTICAS EDUCATIVAS E A GESTÃO ESCOLAR

1.1 Considerações iniciais

A educação de Jovens e Adultos vem sendo repensada tanto no meio acadêmico, quanto pela comunidade em geral, por decorrência dos problemas sócio-culturais vivenciados nas realidades escolares e as necessidades apresentadas na inserção dos sujeitos ao mundo do trabalho. Através das políticas educacionais, construídas ao longo da história, há oportunidade para jovens e adultos, valorizando sua capacidade profissional e pessoal como incentivo na busca por aperfeiçoamento integral.

A adoção do afeto como regra de conduta com as crianças tem seu fundamento pedagógico no fato de que as pessoas só aprendem quando se fazem sujeitos. Educar-se e fazer-se humano - histórico, e a marca distinta do humano-histórico é sua condição de sujeito. Aprender é, pois, resultado de um ato de vontade que só o sujeito, como autor, pode ter (PARO 2007, p.58).

O professor por sua natureza histórica, o seu saber pedagógico e metodológico representa o importante papel exercido nos meios escolares. Por isso, tornou-se um elo entre o ensinar e aprender, propiciando condições metodológicas para o aluno fazer-se sujeito de sua história (PIMENTA, 2007). Quando o conhecimento que o professor detém restringe-se aos velhos paradigmas educacionais, seu trabalho não corresponde ao profissional necessário à sala de aula e sua concepção pedagógica e escolha ideológica não dão conta do novo papel do professor.

Mas, quando assume que seu verdadeiro papel de agente transformador, o professor passa a ser também gestor, pois sua competência profissional transforma gradativamente o ambiente e as pessoas que compartilham nessa troca saberes incomuns e históricos. Nessa relação, predomina a participação e experiências dos conhecimentos construídos através da prática e do saber pedagógico democratizando o ensino formal numa ação de saberes compartilhados.

Para Libâneo; Oliveira; Toschi (2007, p. 289-290):

Os professores têm várias responsabilidades profissionais: conhecer bem a matéria, saber ensiná-la, ligar o ensino à realidade do aluno e a seu contexto social, ter uma prática investigativa sobre seu próprio trabalho.

Para um bom ensino e construir espaços de aprendizagens significativas, é preciso o comprometimento e o saber pedagógico do professor-gestor para essas mudanças educativas. Paro (2007, p. 18) afirma que “[...] hoje, a principal falha da escola com relação a sua dimensão social parece ser sua omissão na função de educar para a democracia”. O que faz ser um professor-gestor é saber articular esses espaços para aprendizagens democráticas em saberes significativos para suas realidades, tornando os alunos, cidadãos críticos para a vida.

Segundo Ferreira (2008), a gestão da educação, como tomada de decisão, organização, direção, e participação, acontece e desenvolve-se em todos os âmbitos da escola, mas fundamentalmente, na sala de aula, onde concretamente se objetiva o projeto político-pedagógico não só como desenvolvimento do planejado, mas como fonte privilegiada de novos subsídios para novas tomadas de decisões para o estabelecimento de novas políticas.

As práticas das contradições legais, teóricas e metodológicas no ensino da EJA, encaminham o repensar dos papéis dos professores-gestores como orienta LDB – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional Brasileira 9394/ 96 (BRASIL, 1996) e PCNs – Parâmetros Curriculares Nacionais (BRASIL, 2008) que têm nesta modalidade o resgate da cidadania e inclusão de jovens e adultos no ensino formal.

A partir dessas observações iniciais e os rumos tomados na prática escolar, é visível a necessidade de mudanças, não só nos paradigmas, mas uma significativa mudança na educação como um todo. Que todos aqueles que estão envolvidos neste processo de mudança, precisam pôr em prática o que aprenderam ao longo da formação acadêmica, através das experiências vividas no dia a dia, pois segundo Freire (1979), nosso país está necessitado de mudanças, sendo que o primeiro passo é através do diálogo, o qual possibilitaria a expressão da realidade, a reflexão, ação e conseqüentemente a transformação, atividade reflexiva buscando compreender os caminhos que devemos seguir numa perspectiva democrática voltada para as necessidades básicas e a realização do ser humano.

O aniquilamento da singularidade se torna patente na incapacidade da escola de compreender a existência de modelos divergentes de conhecimento, em sua obsessão pelo método e pela nota, na incapacidade de captar as tonalidades afetivas que dinamizam ou bloqueiam os processos de aprendizagens. A escola se mostra resistente a aceitar que a cognição é cruzada pela paixão, por tensões heterônomas, a tal ponto que são as emoções e não as cadeias argumentativas que atuam como provocadoras ou estabilizadoras das redes sinópticas, impondo-lhes fechamentos prematuros ou mantendo uma plasticidade resistente à sedimentação (RESTREPO, 1998, p.33).

A escola é, assim, o espaço de realização tanto dos objetivos do sistema de ensino quanto dos objetivos de aprendizagem. Na prática, significa que as políticas educacionais, as análises críticas sobre o sistema de ensino e as políticas educacionais perdem a força analítica, se não tiverem como referência a escola e as salas de aula, do mesmo modo que os profissionais de determinado estabelecimento escolar podem ter a eficácia de seu trabalho reduzida, se não tiverem uma visão de conjunto do sistema de ensino nacional e estadual (LIBÂNEO, 2007).

Neste contexto, percebe-se que a escola é um lugar de aprendizagem e de trocas de conhecimentos, ela continua sendo um eixo norteador entre a sociedade/indivíduo/instituição; a família busca neste espaço uma extensão social, além de proporcionar o pleno intercâmbio entre os vários setores sociais, que permite às crianças e jovens a compreensão do espaço e dos desafios que irão encontrar ao longo de suas vidas e como saber superá-los.

Como analisa Gatti (2002), a escola possui em si mesma uma significação ética, pois faz da comunidade humana um organismo de colaboração diversificado e, ao mesmo tempo, unificado. Conseqüentemente, a necessidade de oferecer aos outros um serviço útil, eficaz e de qualidade obriga todo profissional a formar suas atitudes diante dos outros, a questionar suas idéias e a imagem que faz de si mesmo e, principalmente, a consolidar sua personalidade e sua própria consciência moral. O trabalho profissional é considerado então um instrumento concreto de contribuição para o bem-estar da comunidade e isto salvaguarda o princípio ético do Bem Comum.

O mundo do trabalho é mais exigente ainda, é competitivo, pois além do conhecimento científico, requer habilidades na profissão escolhida e nas relações humanas que são imprescindíveis no ambiente de trabalho, além das competências

profissionais requer um ícone a mais no grupo como apoio para o crescimento de todos. Por isso, a educação de jovens e adultos tem como princípio o resgate da cidadania e busca oferecer igualdade social aqueles que não concluíram seus estudos na idade apropriada. Citando Frigotto (2002):

O trabalho constitui-se por ser elemento criador da vida humana, num dever e num direito. Um dever a ser aprendido, socializado, desde a infância. Trata-se de aprender que o ser humano – como ser natural – necessita elaborar a natureza, transformá-la e pelo trabalho extrair dela bens úteis para satisfazer as suas necessidades vitais e sócio-culturais (p.23).

O ensino da EJA vem ao longo dos anos acompanhado por políticas públicas que garantem a permanência e o direito daqueles que não conseguiram concluir o ensino fundamental e médio, por vários fatores e que também fundamentam as práticas educativas nas escolas públicas e privadas no país. Exemplo disso, com a LDB 9394/96, a nomenclatura Ensino Supletivo passa para EJA, com o Parecer CEB/CNE 11/2000 que baseou-se na Resolução do CNE de Diretrizes Curriculares para a EJA (BRASIL, 2000).

Políticas públicas como as citadas acima, surgem para garantir através de projetos educativos meios para colocar a educação como prioridade de democratização das oportunidades, sejam elas sociais ou econômicas. Assim, a instituição escola continua sendo um espaço com grande potencialidade reflexão crítica sobre a realidade (LIMA, 2008, p. 30).

Para efetivar esse ensino entra a contribuição dos gestores da escola, pois cada escola tem sua realidade, seu modo de interagir com a comunidade, que também, escolhe processos de gestão, em acordo com seus interesses. O Artigo 14, da LDB Nº 9.394 de 20 de Dezembro de 1996, tem a gestão democrática como possibilidade a ser alcançada por escolas e sistemas educacionais (BRASIL, 1996).

Conforme Lück (2007), os movimentos de democratização da gestão educacional devem focalizar a escola e o desenvolvimento de uma cultura democrática efetiva e eficaz liderada por um processo de gestão orientada pela autonomia. Para tanto, é necessário a participação de todos envolvidos no processo de democratização da escola e, também, ter consciência de que são co-responsáveis pelo ensino de qualidade priorizando a realidade dos alunos.

Tais encaminhamentos conceituais e legais admitiram autonomia na instância escolar, agora concebida prioritariamente como lugar de ensino e aprendizagem e de relações sociais específicas que podem ou não favorecer a organização do pensamento, o desenvolvimento de espírito crítico e, sobretudo, a busca de informações e conhecimentos apropriados para situações e contextos vivenciados (LISITA; SOUSA, 2003, p. 17).

Que a educação seja o processo através do qual o indivíduo toma a história em suas próprias mãos, a fim de mudar o rumo da mesma. Como? Acreditando no educando, na sua capacidade de aprender, descobrir, criar soluções, desafiar, enfrentar, propor, escolher e assumir as conseqüências de sua escolha. Mas isso não será possível se continuarmos bitolando os alfabetizando com textos criados por outros para copiarem, com histórias que alienam, com métodos que não levam em conta a lógica de quem aprende (FUCK, 1994, p. 14 - 15).

Considerando tais aspectos e busca de elementos que complementam a pesquisa, esta monografia tem a seguinte questão norteadora:

Quais os desafios e perspectivas para a Educação de Jovens e Adultos, a partir das Políticas Públicas Educacionais atuais e a Gestão Escolar?

1.2 Objetivos

1.2.1 Objetivo geral

Analisar os desafios e perspectivas para a Educação de Jovens e Adultos, a partir das Políticas Públicas Educacionais atuais e a Gestão Escolar.

1.2.2 Objetivos específicos

Compreender as contribuições das Políticas Públicas federais e estaduais atuais na estruturação da EJA.

Analisar a partir das relações entre Gestão Escolar e Políticas Públicas federais e estaduais atuais, encaminhamentos futuros para a EJA.

1.3 Encaminhamentos Metodológicos

1.3.1 Caracterização teórico-metodológica: Abordagem qualificativa

A elaboração de um projeto de pesquisa requer um desenvolvimento coeso com a proposta projetada, para obter os resultados é necessário um planejamento cuidadoso do que é esperado, como também, reflexões dos conceitos pesquisados, contrapondo os já existentes. Requer habilidades durante o processo de pesquisa para alcançar o sucesso almejado. São muitos os caminhos a percorrer, mas devemos nos centrar nos objetivos os quais nos propomos pesquisar, enfatizando a busca para atingir nosso propósito como pesquisador.

Os procedimentos metodológicos representam os caminhos da pesquisa, orientando seus passos. Para as finalidades desta pesquisa foram organizados de acordo com a abordagem qualitativa. Abordagem qualitativa pode complementar e aprofundar as informações relativas à pesquisa, através de reflexões conceituais sólidas e alicerçadas em conhecimentos já existentes, que desdobrarão estes em novas proposições.

Segundo Benincá (2002), a metodologia é uma forma de conduzir a ação, orienta o processo pedagógico, com base numa concepção teórica que interpreta o modo como são e como devem acontecer as relações no processo social. conforme Chizzotti (1991), na pesquisa qualitativa o sujeito-observador é parte integrante do processo de conhecimento e interpreta os fenômenos, atribuindo-lhes um significado. O sujeito não é dado neutro, possui significados e relações.

Para Lüdke; André (1986), a pesquisa qualitativa tem o ambiente natural como sua fonte direta de dados e o pesquisador é o principal instrumento. Os dados coletados são descritivos, com a preocupação maior no processo.

A pesquisa qualitativa exige um olhar aprofundado do contexto e do local em que é executada e, também, uma interação entre o pesquisador e o objeto (VIEIRA, 2010, p. 88).

Assim sendo, tais referenciais orientaram a base da pesquisa sobre políticas públicas e gestão escolar, dando uma maior visão sobre os temas, conduzindo a uma compreensão e conclusão do assunto pesquisado.

1.3.2 Procedimentos metodológicos: Pesquisa bibliográfica e Análise documental

A abordagem metodológica é de suma importância para o entendimento do trabalho. Por este caminho, foi buscado o realce informações, compreensão e finalidades da pesquisa.

Para realização dessa pesquisa, a parte bibliográfica foi a principal fonte norteadora de todo material de apoio e consulta para a fundamentação teórica do estudo. Ela foi submetida a critérios de análise e interpretação das informações, acompanhados de anotações e tendo como objetivo conhecer os diferentes conceitos sobre o assunto estudado.

Para Andrade (1999), a pesquisa bibliográfica dá o suporte a todas as fases de qualquer tipo de pesquisa, ela auxilia na definição do problema, na determinação dos objetivos, na construção de hipóteses, na fundamentação da justificativa da escolha do tema e na elaboração do resultado final.

É uma etapa fundamental de todo trabalho científico, na busca de informações nos documentos sobre determinado assunto em questão. Consiste no levantamento, seleção, fichamento e arquivamento de informações relacionadas á pesquisa, incluindo desde leis e regulamentos, normas, pareceres, revistas, livros, arquivos, jornais, etc. Contudo, a pesquisa bibliográfica é parte obrigatória de qualquer trabalho científico, pois ela abrange todo e qualquer material publicado (ANDRADE, 1999).

Quanto à pesquisa documental existe uma variedade de documentos que constituem informações para a pesquisa, que são documentos escritos, fotográficos etc. No geral a análise documental consiste em uma série de operações que visam estudar, analisar vários documentos, possibilitando ao pesquisador observar não só os fenômenos sociais, mas as ideias elaboradas a partir destes registros. Além

disso, o método histórico que consiste em estudar os documentos visando investigar os fatos sociais e suas relações tempo sócio-cultural-cronológico, pois ela visa selecionar, interpretar as informações e tirar as conclusões inerentes ao que foi pesquisado (VIEIRA, 2010, p. 63).

De acordo com o propósito desta pesquisa, analisaremos algumas das políticas públicas federais e estaduais que para o nosso entendimento, foram significativas na constituição da EJA.

Para complementar, utilizou-se como procedimento a categorização simples das informações coletadas, com o objetivo de enriquecer a argumentação no trabalho.

CAPITULO 2 POLÍTICAS PÚBLICAS E ASPECTOS HISTÓRICOS NO ENSINO DA EJA

2.1 O Ensino de jovens e adultos: Aspectos históricos e legais

Vivemos em outra era, o conhecimento se tornou uma necessidade para sobrevivência em sociedade. Há competição em tudo que buscamos como sujeitos alienado ou não. O mundo do trabalho exige, não só o conhecimento científico, como também habilidades e competências em todas as áreas do conhecimento.

Nesse mundo competitivo o sujeito que não estiver preparado corre o risco de ser discriminado perante a sociedade e dificilmente conseguirá um emprego digno para sua sobrevivência, portanto aquele que deixou seus estudos para trás, terá que correr contra o tempo e atualizar-se para entrar não só no mundo do trabalho, mas saber que o conhecimento faz parte da sua dignidade e respeito como cidadão que compõe esta história.

Assim sendo, este Capítulo da monografia aborda a trajetória da Educação de Jovens e Adultos no Brasil e no Estado do Rio grande do Sul, analisando as ações federais e estaduais do poder público para esta modalidade de ensino, em especial, a partir da década de 1980, destacando algumas das políticas educativas atuais.

Percorrendo a história, o direito a educação gratuita teve início com a promulgação da Constituição Imperial de 1824, quando foi estabelecido o direito a instrução primária e gratuita a todos os cidadãos e ao voto dos analfabetos homens com 20 anos, causando uma grande polêmica na época, sendo caracterizada como Antidemocrática. Já a Constituição Federal de 1934, entre outras mudanças, instituiu o voto secreto, estabeleceu o voto obrigatório para maiores de 18 anos, dando ao direito às mulheres de votar. Também estabeleceu o ensino primário integral e gratuito e de frequência obrigatória aos adultos (SOUZA, 2000).

Quanto a LDB 4024/61, através do Art. 27 estabeleceu cursos supletivos correspondentes ao nível e desenvolvimento dos alunos. Este artigo complementa outro já existente na LDB anterior, a 5692/71 na qual era salientada a finalidade de suprir, a escolarização regular para os adolescentes e adultos que não tenham seguido ou concluídos na idade própria. Também, proporcionar, mediante repetida

volta à escola, estudos de aperfeiçoamento ou atualização para os que tenham seguido o ensino regular no todo em parte (BERNADIM, 2008).

Já a LDB 5379/67, integrou o projeto de Lei que determinou o Ensino no país como Movimento Brasileiro de Alfabetização - MOBRAL. No período de Regime Militar no Brasil, essa modalidade de ensino correspondeu à educação de jovens e adultos no ensino fundamental com o propósito de técnicas de leitura, escrita e cálculos (BERNADIM, 2008).

Por sua vez, os Artigos 25, 26, 27 e 28 da LDB 5692/71 asseguraram o ensino supletivo conforme as necessidades dos alunos desde a iniciação básica até a formação profissional, com conteúdos do ensino regular e a atualização de conhecimentos. Estruturou o regime escolar de acordo com as necessidades dos alunos. Os exames supletivos compreenderam a parte do currículo resultante do núcleo comum, fixado pelo Conselho Federal de Educação, habilitando ao prosseguimento de estudos em caráter regular, profissional de 2º grau. Os exames em nível de conclusão de ensino do 1º grau para maiores de 18 anos e segundo grau para maiores de 21 anos (SOUZA, 2000).

Mais adiante, na década de 1990, houve novas mudanças educacionais, sendo que os direitos adquiridos nas décadas anteriores foram modificados pelo Governo Federal. Novas mobilizações apareceram reivindicando as políticas públicas seus direitos como cidadão, contribuindo para gestão compartilhada, como os Movimentos de Alfabetização- Mova. Reconquistando os direitos adquiridos nos anos 1960 (LISITA; SOUSA, 2003, p. 15).

Segundo Gadotti; Romão (1993), a resistência à violação dos direitos educativos acabou por forjar articulações plurinstitucionais constituídas para o exercício do debate público, o controle e a incidência nas políticas governamentais, que assumiram a forma de fóruns autônomos em relação aos governos.

Por sua vez, com a LDB nº 9.394/96, a EJA foi inscrita como modalidade da educação Básica, apropriada às necessidades e condições peculiares dessas gerações conforme o Art. 4º (BRASIL, 1996).

Além disso, o Parecer 11/2000 CEB/CNE, institui no Art. 9º, que a EJA continuaria em vigor, de acordo com a LDB 9394/96, passando a ser uma modalidade da educação básica nas etapas do ensino fundamental e médio,

recebendo um tratamento de acordo com as necessidades do educando (BRASIL, 1996).

Segundo o Parecer CNE/CEB nº 4/98, nada mais significativo e importante para a construção da cidadania do que a compreensão de que a cultura não existiria sem a socialização das conquistas humanas (BRASIL, 1998).

Focalizando as políticas públicas no ensino fundamental, universal e obrigatória, respeitando esta modalidade por atender uma clientela diferenciada pela idade e fatores que levaram esse aluno a não continuar ou concluir seus estudos no tempo certo. Conforme analisa Santos (2001), a expressão desta realidade são a repetência, a reprovação e a evasão, mantendo-se e aprofundando-se a distorção idade/ano e retardando um acerto definitivo no fluxo escolar.

Além desses fatores, a idade própria, serve também como referência para a organização dos sistemas de ensino, para as etapas e as prioridades postas em lei, conforme Art. 37 da LDB 9394/96. Também, a Lei 8069/90 (ECA) em seu Art. 2º estabelece a idade mínima para crianças e adolescente para freqüentar cursos noturnos desta modalidade de ensino. Estima-se que existe uma camada enorme de analfabetos ainda no Brasil, pois segundo Soares (1996):

[...] um adulto pode ser analfabeto, porque marginalizado social economicamente, mas, se vive em um meio em que a leitura e a escrita têm presença forte, se interessa em ouvir a leitura de jornais feita por um alfabetizado, se recebe cartas que outros lêem para ele, se dita cartas para que um alfabetizado as escreva se pede a alguém que lhe leia avisos ou indicações afixados em algum lugar, esse analfabeto é de certa forma, letrado, porque faz uso da escrita, envolve-se em práticas sociais de leitura e de escrita (p. 24).

Com isso, a LDB 9394/96 altera idades dos alunos para exames supletivos, reduzindo a idade mínima para Ensino Fundamental 15 anos e Médio 18 anos. O Conselho Nacional de Educação – CNE - criou normas complementares que fortalecem as Diretrizes Curriculares para Educação de Jovens e Adultos. Estas Diretrizes estabelecidas pelo Parecer 11/2000 da Câmara de Educação Básica do CNE, dão continuidade para a legalidade da idade mínima de ingresso nos cursos de Ensino Fundamental e médio em 15 e 18 anos, respectivamente (BRASIL, 2000).

Segundo Cury (2000), o Parecer 11/2000, enfatizou o direito público subjetivo dos jovens e adultos ao ensino de qualidade, tendo como princípios da proporção, equidade e diferença; explicitou as funções dessa modalidade da educação básica

(reparação de direitos educativos violados, equalização de oportunidades educacionais e qualificação permanente); colocou limites de idade (distinguindo a educação de jovens e adultos da aceleração de estudos que visa á regularização do fluxo escolar de adolescente); e assinalou a necessidade de flexibilizar a organização escolar e contextualizar o currículo e as metodologias de ensino, proporcionando aos professores a formação específica correspondente.

Apesar das garantias de acesso, as matrículas estimadas a cada ano letivo, estão longe dos objetivos a serem alcançados. A elevada taxa de abandono nos cursos da EJA persiste, mesmo que o Artigo 37 da LDB 9394/96 determine ao Poder Público viabilizar e estimular o acesso e a permanência do trabalhador na conclusão do Curso (BRASIL, 1996).

Além disso, a EJA passa a articular-se com a educação profissional, como rege a Lei 11741/08, que altera a LDB 9394/96. Conforme o Art. 39 da atual LDB, a educação profissional e tecnológica vem cumprir objetivos da educação nacional, em diferentes níveis e modalidades, contribuindo ao trabalho, a ciência e tecnologia. Os cursos serão organizados conforme níveis de ensino, desde formação inicial até graduação e pós-graduação (BRASIL, 1996).

Por sua vez, em termos estaduais, o Parecer 774/99 que dispõe a EJA no sistema estadual de ensino do RS, faz uma retrospectiva de leis que regem a educação de jovens e adultos e como referido sistema, vem buscando através de leis complementares o ajuste para essa modalidade de ensino, considerando as diferenças individuais e realidade dos alunos. O Parecer 774/ 99 complementa o Parecer CFE 699/72, que também caracterizou essa modalidade como algo importante, devido a sua estrutura e flexibilidades de tempo, regime escolar e metodologia de trabalho. (RIO GRANDE DO SUL, 2010a).

Este Parecer também, descreve os procedimentos de como deve ser efetuado o sistema de educação de jovens e adultos aos municípios do RS, distribuídos as Coordenadorias Estaduais de Educação (CREs) a competência de administrar os cursos e exames em suas regiões de abrangência e o acompanhamento pela Secretaria Estadual de Educação (RIO GRANDE DO SUL, 2010a).

Complementando, o Sistema Estadual de Educação, a Resolução 250/99, fixa normas através do Conselho Estadual de Educação RS, para Educação de Jovens e Adultos dos 15 aos 18 anos de idade. Garantindo a qualidade dentro dos padrões exigidos pela lei. Adaptando escolas para oferecer o Ensino Supletivo e suas certificações conforme lei vigente (RIO GRANDE DO SUL, 2010b).

Fazendo uma breve análise da realidade do ensino da EJA, são visíveis os inúmeros fatores existentes nesse processo de recuperação “do tempo perdido” ou falta de oportunidades a esses jovens. Ainda assim, o desafio se encontra na quantidade de evasão e repetência dos alunos a cada ano letivo. Nesse sentido, as propostas inovadoras precisam avançar propondo alternativas para a permanência e intensificando a qualificação para o trabalho na modalidade.

2.2 As políticas públicas no contexto da Educação de Jovens e Adultos

Tendo como intenção acompanhar a ampliação da EJA, analisaremos a seguir, algumas das políticas públicas educacionais federais e estaduais que foram e estão sendo significativas para o fortalecimento da modalidade a conseqüente escolarização de um número crescente de jovens e adultos.

Entre muitas mudanças e programas governamentais para o ensino da EJA, em 2003 o Governo Federal instituiu o Programa Fazendo Escola através do Parecer CD/FNDE 012/01, com o objetivo de contribuir com o sistema de ensino na alfabetização de jovens e adultos no país. Foi uma iniciativa em conjunto com os governos estaduais e municipais, com recursos financeiros do antigo FUNDEB. Durante o processo de desenvolvimento do programa o governo federal prestou apoio a todos os estados e municípios, mas sem ampliar os recursos destinados a EJA. Inviabilizando a continuação do programa em vários municípios e estados, desnorteando políticas públicas eficientes para EJA (SOUZA, 2000).

A partir deste contexto, Oliveira (2003) questiona sobretudo as políticas de financiamento, assim como a definição de custos mínimos assegurados para todos. Neste período de mudanças em políticas públicas para EJA, o Brasil segue com novas alternativas para erradicar o analfabetismo no país, em busca de novas

medidas a longo e curto prazo para solucionar o problema, já identificado como um entrave no desenvolvimento e crescimento da classe trabalhadora. Com isso, novos programas foram lançados como: Projeto Escola de Fábrica, O Programa Nacional de Inclusão de Jovens (PROJOVEM), Programa de Integração da Educação Profissional ao Ensino Médio para Jovem e adulto (PROEJA) e Programa Brasil Alfabetizado.

Segundo Soares (1996), tais programas surgem para amenizar uma enorme dívida social. O Brasil modernizou-se sobre a base do trabalho escravo. Não por acaso, foi sobre o grosso da população adulta em condições de trabalho e educação que esta herança escravista revelou-se mais intensa. Situação que parece clara se considerarmos o triste quadro de adultos analfabetos que compõem a nossa realidade.

Nesse compasso, o Programa Brasil Alfabetizado, implantado em 2003 tem como objetivo erradicar o analfabetismo no Brasil e capacitar educadores para alfabetizar jovens e adultos com 15 anos ou mais, que foram excluídos das redes de ensino sem saber ler e escrever. No período de oito meses, com carga horária entre 240 e 320 horas. Com ressalvas, cabe as instituições de ensino o espaço e execução das aulas e formação dos educadores e cadastramento dos docentes e discentes para o programa, sem estar incluso material didático, alimentação e qualquer apoio pedagógico (BRASIL, 2003).

O programa PROEJA - , Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação Jovens e Adultos foi iniciado no governo do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, sobre a expansão da educação Profissional e tecnológica, buscando resgatar aqueles que por motivos internos e externos à escola, foram afastados do sistema de educação, principalmente no ensino profissional. O Decreto 5154/04, em sua determinação os cursos e programas de formação inicial e continuada para trabalhadores em educação profissional técnica de nível médio e educação profissional tecnológica e de pós-graduação. O Decreto 5478/05, determina cursos das Instituições Federais de Educação Tecnológica, o programa de interação da educação profissional ao ensino médio na modalidade de jovens e adultos PROEJA. Como também, o ProJovem, tem como objetivo a preparação para o mercado de trabalho, para

desempregados entre 18 e 29 anos, membros de famílias que recebem um salário mínimo ao mês (FARIAS, 2007).

Nesse processo de busca de novas alternativas para educação, a Governadora do RS, Yeda Crusius, através de programas comprometeu-se com uma educação de qualidade para todos, entre eles os jovens e adultos, na educação básica e exames supletivos. Em colaboração com a sociedade, União, Municípios e UNESCO (Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura), comparando o analfabetismo no estado com os índices do Censo do IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, objetivando elevar os índices de qualidade do ensino básico para jovens e adultos (RIO GRANDE DO SUL, 2010c).

Inúmeras instituições de ensino do RS, oferecem a Modalidade EJA presencial, como educação de jovens e adultos, autorizado pelo Conselho Estadual de Educação, que atende lei específica e Plano de Estudos de acordo com a modalidade oferecida. Conforme Barcelos:

[...] a valorização da diversidade cultural brasileira e das formas de perceber e expressar a realidade própria dos gêneros, das etnias e das muitas regiões e grupos sociais do país não significa renunciar da responsabilidade de construir cidadania para um mundo que se globaliza e de dar significado universal aos conteúdos da aprendizagem (BARCELOS, 2010, p. 25).

A Secretaria de Educação do RS também oferece através de seus núcleos o NEEJA (Núcleo de Educação de Jovens e Adultos), uma modalidade diferenciada, que oferta exames supletivos ao jovem e adulto. Através de ingresso como uma inscrição, o aluno organiza seus estudos, respeitando as normas e exigências determinadas. Esse sistema de ensino é estendido aos adultos do Sistema Prisional (RIO GRANDE DO SUL, 2010c).

No contexto democrático, direito e dever não são conceitos fixos e estabelecidos a serem adotados e seguidos, mas sim, idéias que se desdobram e se transformam continuamente pela própria prática democrática que, por si, é criativa e dinâmica (LÜCK, 2008, p. 55).

Outro fato relevante na EJA do estado do RS, é a questão PROEJA, desenvolvido a partir 2009, em 13 instituições estaduais que desenvolve os cursos presenciais da EJA, e que passa a atender, com apoio das Escolas Técnicas.

Centros de Educação Tecnológica e Universidades Federais vinculadas a esses centros de educação (RIO GRANDE DO SUL, 2010c).

Quanto aos exames supletivos, realizados uma vez por ano, ficam a cargo do ENCCEJA - Exame Nacional para Certificação de Competências de Jovens e Adultos. Segundo a Secretaria de Educação RS, optar pelo ENCCEJA, significa uma grande credibilidade, sendo esse órgão de competência nacional vinculado aos preceitos da lei. Além disso, desde 2007 a Secretaria de Educação do Estado do RS, mantém o Programa Brasil Alfabetizado, iniciativa do FNDE/MEC, atendendo 21 municípios com 1.194 alunos, 91 educadores e intérprete de Libras, coordenadores de turmas como apoio técnico. Em 2008, o Estado do RS ampliou o Programa para outros municípios, chegando a 191 alfabetizadores, 123 turmas em zona urbana e 56 em zona rural, incluindo 12 presídios estaduais no sistema (RIO GRANDE DO SUL, 2010c).

Outra proposta do governo estadual, foi à implantação do Programa “Boa Escola para Todos”. Este Programa foi criado em 2006, com a participação de alguns setores da sociedade, com o compromisso com a educação, com o objetivo de garantir as crianças e jovens o direito a educação básica pública e de qualidade (RIO GRANDE DO SUL, 2010c).

A necessidade de políticas públicas acompanha a história da sociedade e por consequência da educação. Hoje, o maior problema não é somente regular positivamente a situação das políticas públicas, mas sim, unir o texto legal com a realidade social. O Brasil ainda precisa evoluir muito no atendimento a educação, pois existe um descompasso entre as políticas públicas promulgadas e as efetivas (LIMA, 2008, p. 16). Apesar das políticas estarem de certa forma em descompasso, é preciso considerar que a partir da década de 1990 se intensificaram as ações voltadas para os jovens e adultos.

Por todas estas considerações, é possível perceber que as mudanças ocorridas na legislação, além de inovar o sistema de ensino, beneficiaram milhões de alunos, confirmando que as políticas públicas sempre buscam a melhoria a qualidade de ensino nas redes públicas de ensino.

2.2.1 Programa do Governo Estadual “Boa Escola para Todos” e suas relações com a Educação de Jovens e Adultos

A EJA vem buscando espaço nos sistemas educacionais e garantindo através das políticas públicas, direitos para que jovens e adultos que atendam a seus critérios de matrícula, concluam seus estudos e visualizem novas perspectivas de vida.

Numa visão geral segundo Demo (2001), quando pensamos em educação de boa qualidade, esta precisa estar voltada para formação de cidadãos emancipados e comprometidos com um tipo de desenvolvimento socioeconômico local, regional ou global que contribua para mudanças orientadas á construção de uma sociedade justa.

A LDB 9394/96 incorporou uma mudança conceitual ao substituir a denominação Ensino Supletivo por Educação de Jovens e Adultos, avaliada de forma positiva por profissionais da área. A mudança de ensino supletivo para EJA não é uma mera atualização vocabular. Houve um alargamento do conceito ao mudar a expressão de ensino para educação. Enquanto o termo “ensino” se restringe à mera instrução, o termo “educação” é muito mais amplo (SOARES, 2010).

A palavra mudança traz muitos significados e depende dos caminhos a percorrer. Por isso, a governadora do Estado do RS, Yeda Crusius, fundamentada pelas políticas públicas federais, pensou numa nova proposta de ensino, que atingisse a formação formal e de qualidade a todos os cidadãos. Denominando como “Boa Escola para Todos”, foi criado em 2006, com o objetivo de garantir o direito a todos à educação de qualidade. Com metas a atingir em longo prazo, além de gerar crescimento econômico, atender às demandas sociais e crise fiscal do Estado (RIO GRANDE DO SUL, 2010c).

A preocupação do governo estadual com a educação de qualidade aproxima-se das considerações de Saviani (2000), o qual comenta que para saber, pensar e sentir, para saber, querer, agir ou avaliar é preciso aprender, o que implica o trabalho educativo. Assim, o saber que diretamente interesse a educação é aquele que emerge como resultado do processo de aprendizagem, como resultado do

trabalho educativo. Entretanto, para chegar a esse resultado a educação tem que partir, tem que tomar como referência, como matéria de sua atividade, o saber objetivo produzido historicamente.

O ensino de qualidade tem se manifestado através de incentivos e para contribuir com o processo de atendimento às turmas e dar ênfase na aprendizagem dos alunos, foram instaladas Salas Digitais nas escolas públicas estaduais com o Projeto Informática na Escola. Além disso, mais Três projetos foram implantados como, a capacitação de professores, com o curso Lições do Rio Grande, que integra o Projeto Professor Nota 10. A iniciativa busca a implementação dos cadernos de Referenciais Curriculares, lançados para orientar as escolas na elaboração dos planos de estudos para o letivo. Assim sendo, Libâneo justifica que:

A educação de qualidade é aquela mediante a qual a escola promove, para todos, o domínio dos conhecimentos e o desenvolvimento de capacidades cognitivas e afetivas indispensáveis ao atendimento de necessidades individuais e sociais dos alunos, bem como a inserção no mundo e a constituição da cidadania, também como poder de participação, tendo em vista a construção de um sociedade mais justa e igualitária (2003, p. 117).

De acordo com tais perspectivas, Santos (2008) entende que a formação do gestor implicará ainda o desenvolvimento de competência e habilidades que viabilizem o trabalho coletivo, a liderança de grupos, a formulação e o encaminhamento de soluções de problemas educacionais e a construção de uma proposta pedagógica no âmbito da educação escolar, em uma perspectiva de atuação profissional ética e com responsabilidade social.

Além disso, existem legislações federais que sustentam tais iniciativas dos governos estaduais e municipais como: Constituição Federal (1988), Estatuto da Criança e Adolescente (ECA), de 1990, e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN), de 1996. Juntos, esses documentos legais tornam-se mecanismos, “abrindo as portas” da escola pública fundamental a todos os brasileiros, já que nenhuma criança, jovem ou adultos pode deixar de estudar por falta de vaga (LIMA, 2008, p. 40).

Portanto, são diversas as estratégias que favorecem a expansão da EJA, também em termos de políticas públicas estaduais devido a toda uma parte legal que deve ser observada e cumprida. É possível perceber grandes possibilidades

para esta modalidade de ensino e conseqüentemente, para aqueles que através da EJA poderão garantir o seu desenvolvimento como cidadãos.

2.3 As contribuições da gestão escolar para a organização da EJA

A organização e funcionamento da escola, com o passar do tempo tomou novos horizontes, rumo à gestão participativa, mudando a forma de trabalho e de resolução dos problemas educacionais. Assim sendo, a história da administração escolar teve seu início na década de 30, com o início da industrialização no Brasil. As exigências do mercado de trabalho, atribuições e competências do poder, tornaram-se mais complexas, dando origem a administração escolar aplicada ao ensino fundamental. Nesse sentido, Lima (2008), comenta:

A organização do trabalho na sociedade, por ser uma ação social e política, gera práticas contraditórias, uma vez que tanto serve para organizar o trabalho de forma autoritária, quanto para fazê-lo de maneira democrática e participativa, suas raízes centrada no autoritarismo da sociedade política, nos interesses dominantes e nos modelos neoliberais que condicionam, o modo de agir e pensar das pessoas (p. 77).

No significado restrito da administração, seu caráter contraditório foi reforçado pelo confronto dos interesses de classe no interior dos processos de trabalho coletivo. O que vai definir o perfil de uma administração, se autoritária ou democrática, se reiterativa e conservadora ou criativa e progressista, será a qualificação de seus fins e a escolha dos processos utilizados (PARO, 1988).

Nessa caminhada para melhor atender o sistema de ensino, a gestão institucional passou por uma divisão de atribuições, sendo atribuição da gestão educacional o sistema macro, em caráter amplo e abrangente e a gestão escolar, aquela que atende o sistema escolar, constituem-se em área estrutural de ação na determinação da dinâmica e da qualidade do ensino (LÜCK, 2008).

Para Lück (2008), a gestão educacional corresponde á área de atuação responsável por estabelecer o direcionamento e a mobilização capazes de sustentar e dinamizar o modo de ser e de fazer dos sistemas de ensino e das escolas, para realizar ações conjuntas, associadas e articuladas, visando o objetivo comum da qualidade do ensino e seus resultados. Segundo Saviani:

A gestão da educação é responsável por garantir a qualidade da educação, entendida como um processo de mediação no seio da prática social global, por se construir em um mecanismo de humanização e de formação de cidadãos. (SAVIANI, 1996).

Libâneo; Oliveira; Toschi (2007), complementam tal argumento, apontando que a gestão tem por princípio o atendimento da necessidade e orientação humana de liberdade e de independência, que lhe garantem espaços e oportunidades para a iniciativa e a criatividade, que são impulsionadoras do desenvolvimento.

Novas formas de gestão apontam para um caminho inovador, junto a autonomia, responsabilidade de um novo sistema de ensino. Novos paradigmas avançam em direção a qualidade e democracia de ensino, apontando em direção a movimentos de integração, de novas formas de praticas interativas, com a participação daqueles que estão envolvidos no processo educativo, rumo á participação coletiva.

A valorização de todos como gestores dependerá de um conjunto de elementos que farão parte de seu trabalho educativo enquanto sujeitos de mudança, através da participação coletiva e modelos inovadores e quebra de paradigmas já existentes. Outro fator importante na experiência é a contribuição da autonomia durante o processo administrativo, pois ele é de grande relevância para a função de todos, considerada como uma necessidade para o desenvolvimento de pessoas e de instituições.

Assim sendo, a organização escolar necessária é aquela que melhor favorece o trabalho do professor, existindo uma interdependência entre os objetivos e as funções da escola e a organização e a gestão do trabalho escolar (LIBÂNEO, 2007).

A criação de um ambiente e de uma cultura participativos constituem-se, em conseqüências das questões analisadas, em importante foco de atenção e objeto de liderança pelo gestor escolar, pelo qual, gradualmente, tem-se promovido mudanças significativas na organização e orientação de nossas escolas (LÜCK, 2008, p. 89).

Dentro desse processo de autonomia na gestão escolar, houve grandes mudanças no setor administrativo, dando ao sistema de ensino uma oportunidade de escolha. Para Barroso (1996), os mecanismos de construção da autonomia da gestão escolar, no contexto da reforma e pela autonomia e gestão das escolas, a

eleição de diretores, a formação de órgãos colegiados e a descentralização de recursos financeiros.

A participação de todos como ato de comprometimento frente aos desafios no cotidiano escolar, passou a ser considerada e definida pelo Artigo 14 da LDB 9394/96, como gestão democrática no ensino público e suas representações na qualidade da educação, através da eleição de diretores. Essa é uma forma de representação daqueles que, juntos buscam na união melhorias e inovação nos meios escolares (BRASIL, 1996).

Com isso, como a própria legislação respalda essa autonomia para os gestores e com ela vieram grandes contribuições para o ensino de jovens e adultos. A gestão participativa abriu caminhos para os processos de inovação nessa modalidade de ensino, consolidando uma atuação conjunta superadora das expressões de alienação e passividade, de um lado, e autoritarismo e centralização, de outro, intermediados por cobrança e controle (LÜCK, 2008).

Além disso, a participação de todos no processo educativo valida a qualidade de ensino e o comprometimento por uma educação solidária, rumo à cidadania. Segundo Libâneo (2004), é nesse sentido, que a escola assume uma dimensão política que constitui o autêntico sentido dos sujeitos, através das intervenções compartilhadas no trabalho, aumentando a perspectiva democrática.

As consideradas mudanças no ensino da EJA vêm crescendo ao longo dos tempos com as políticas públicas e participação da sociedade como um todo. Essa crescente preocupação levou Estados e municípios a iniciativas de cursos de educação básica e média, como também cursos profissionalizantes por iniciativas privadas. Com as considerações de Marques:

Todo trabalho quando compartilhado enriquece e dá mais qualidade a proposta de ensino como diz Marques (1987), a prática da participação efetiva gera um sentimento de compartilhamento que, por si só, estimula o enfraquecimento de dificuldades, promove o revigoramento de energias e cria um sentimento de envolvimento com a realidade e seus desafios e, conseqüentemente, a descoberta do significado do caráter social do trabalho.

A participação coletiva, além de contribuir na qualidade do trabalho, direciona as decisões e ações para resultados promissores e inovadores no ensino. Para

Carvalho (1979), a gestão está centrada na mobilização da energia de equipe para a realização das responsabilidades da escola, que são responsabilidades de todos, em conjunto-diferentemente da lógica de administração que se centra na divisão de tarefas e funções, fragmentadora da ação educacional.

A atuação coletiva não se limita ao compartilhar das atividades inerentes ao cotidiano da escola, mas promover o avanço das discussões, planejamento das questões relevantes que abrange o poder e de responsabilidade por sua realização. Ela implica trabalhar com a pessoa na consecução das propostas definidas e assumir sua parte de responsabilidade pelos resultados desejados (LÜCK, 2008).

Levando em consideração a importância da ação coletiva na sociedade e principalmente no resgate à cidadania, a escola é um dos grandes veículos de comunicação e mudança para sociedade como um todo. Segundo Soares (2010), outra questão que merece uma reflexão ainda mais aprofundada, quando se trata da Educação de Jovens e Adultos,

Junto às ações e inovação, todos como gestores precisam implementar ações que valorizem o ensino da EJA, promovendo a participação e impedindo o abandono dos alunos durante processo de conclusão do curso, pois as razões indicadas pelos alunos ao ingressar no curso, às vezes, idealistas e, nesses casos, o entendimento de que a escola e o estudo não mudarão a realidade, como eles previram, pode levar o aluno à desistência dos estudos (KLEIMAN, 2001).

Que a educação seja o processo através do qual o indivíduo toma a história em suas próprias mãos, a fim de mudar o rumo da mesma. Como? Acreditando no educando, na sua capacidade de aprender, descobrir, criar soluções, desafiar, enfrentar, propor, escolher e assumir as conseqüências de sua escolha (FUCK, 1994, p. 14 – 15)

Como tudo tem um principio e desenvolvimento, a educação sozinha não alcançará seus objetivos sem a participação coletiva, ainda assim permanece com um dos caminhos mais preciosos para a humanidade transformar sua história no alcance do conhecimento e da diversidade humana.

Embora a escola não transforme outras instituições, ela pode criar as condições para um tipo de transformação, ao mesmo tempo subjetiva e social, que diz respeito a sua esfera de ação como instituição com o poder de atribuir identidades institucionais (KLEIMAN, 2001).

Também nessa perspectiva, Arroyo (2006) complementa que a utilização de uma série de indicadores demonstra que estamos em um momento propício para a reconfiguração da EJA, que será marcada pela orientação das políticas para a juventude e o reconhecimento da especificidade humana, social e cultural desse tempo da vida como tempo de direitos. Essa orientação não poderá ter por finalidade suprir carências de escolarização, mas garantir direitos específicos desse tempo de vida.

Além disso, a instituição escolar é um lugar de aprendizado de conhecimentos, de desenvolvimento de capacidades intelectuais, sociais, afetivas, ética, estéticas, também de formação de competências para a participação na vida social, econômica e cultural (LIBÂNEO, 2003). Com isso, a gestão escolar através da autonomia e participação, estará contribuindo com um ensino de qualidade para a EJA.

A análise das perspectivas e desafios para educação de jovens e adultos, a partir das Políticas Públicas tem indicado que através de programas e parcerias a qualidade de ensino da EJA, oferecendo cursos nos níveis fundamental e médio, profissionalizantes com a implantação e valorização das instituições habilitadas para essa modalidade de ensino. A gestão escolar democrática vem contribuir, através da legislação vigente, para a garantia da formação integral do sujeito que dela necessita e busca como mudança em relação à vida profissional e social.

CAPITULO 3 CONTRIBUIÇÕES DAS POLITICAS PÚBLICAS PARA O ENSINO DA EJA

3.1 As políticas públicas e a EJA

As políticas públicas vêm contribuindo para o ensino fundamental que contempla também modalidade EJA, através de recursos federais e de projetos que permitem ao jovem e adulto, a concluir seus estudos em horários e com metodologias que alcancem os objetivos firmados, conforme legislação vigente.

[...] é no processo de redemocratização dos anos 80 que a Constituição dará o passo significativo em direção a uma nova concepção de educação de jovens e de adultos. Foi muito significativa a presença de segmentos sociais identificados com a EJA no sentido de recuperar e ampliar a noção de direito ao Ensino Fundamental extensivo aos adultos, já posta na Constituição de 1934 (BRASIL, 2000, p. 21).

A Legislação e políticas públicas nacionais que regem a educação básica dessa modalidade vêm ao logo do tempo minimizar as carências do ensino no país. Segundo Cunha (1991), entre 1964 a 1985, houve uma alteração na legislação brasileira com intenção de alfabetizar jovens e adultos, prepará-los para o mercado de trabalho e atender os objetivos políticos e ideológicos do governo da época.

Já em termos da evolução das políticas públicas estaduais, a modernização da educação formal ocorreu nos moldes propostos pela Reforma Educacional de 1971. Assim que os anos 80, sobretudo a partir da sua primeira metade, assistem á formulação e implementação de políticas educacionais (particularmente no nível estadual) que, procurando resgatar a dívida social de acesso e de permanência na escola de toda a população em idade escolar, priorizam a construção da qualidade do ensino (WEBER, 2003).

Para Cunha (1991), considerando a história educacional e políticas públicas brasileiras, é importante situar a temática proposta para debate no início dos anos 80, momento da reconquista das eleições diretas para governadores e prefeitos das capitais, quando se consolidava na sociedade a compreensão da importância da educação escolar para a construção da democracia.

Nessa trajetória de mudança em 1988, a Constituição Federal do Brasil é promulgada trazendo novos rumos à educação nacional. No Artigo 208 está presente que a Educação passa a ser direito de todos independente de idade e, nas disposições transitórias, são definidas metas e recursos orçamentários para a erradicação do analfabetismo.

Além disso, na década de 90, foi firmado um compromisso entre o Brasil e organizações internacionais (UNESCO Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura e o Banco Mundial), em prol da erradicação do analfabetismo no mundo, em Jontiem, onde foi proclamada a Declaração Mundial sobre Educação para Todos (BRASIL, 1996).

Foi somente a partir de 1993, quando foram empossados os governadores eleitos mediante processo democrático, que as políticas educacionais começaram a ser definidas e implantadas em consonância com a produção e o debate acadêmico, cujo teor ganhava progressividade espaço no debate público das questões nacionais (WEBER, 2003). A LDB 9394/96 no Art. 22 sobre a educação básica, diz que a esta tem por finalidades desenvolver o educando, assegurar-lhe a formação comum indispensável para o exercício da cidadania e fornecer-lhe meios para progredir no trabalho e em estudos posteriores. E no Art. 37. que a educação de jovens e adultos será destinada àqueles que não tiveram acesso ou continuidade de estudos no ensino fundamental e médio na idade própria (BRASIL, 2006, p. 15).

Por outro lado, de acordo com Cury (2000), a Lei nº 9424/96, deixa a Educação de Jovens e Adultos fora do cálculo do FUNDEF (Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e Valorização do Magistério). Mais uma vez, aqueles que não tiveram possibilidades de completar seus estudos, aparecem em segundo plano nas políticas públicas educacionais, fazendo com que aqueles já marcados pelo fracasso escolar, continuassem excluídos da escola. Somente em 2007 foi aprovada a Lei nº 11.494 regulamentando o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e Valorização do Magistério, FUNDEB, que prevê o repasse de verbas também para a EJA de maneira escalonada, considerando 1/3 das matrículas em 2007, 2/3 em 2008 e 100% a partir de 2009 (CURY, 2000, p. 14).

Grande parte desses meios foram consolidados através do Plano Nacional de Educação (PNE), que entrou em vigor em 2001, traçando objetivos, implantação de metas e ações para o ensino brasileiro. Contribuindo para o ensino da EJA,

proporcionando aos jovens e adultos a conclusão dos estudos e novas oportunidades de inserção ao mundo do trabalho.

Percebe-se que apesar das políticas educativas, o ensino da EJA, pouco é valorizado pelo sistema de manutenção e financeiro dos órgãos públicos responsáveis pelo funcionamento e desenvolvimento dessa demanda. Isso acarreta na desvalorização e cumprimento do que a lei estabelece como direito a educação e conclusão dos estudos. Como diz Cury (2000, p.23), “ é preciso retomar a equidade também sob o foco da alocação de recursos de maneira a encaminhar mais a quem mais necessita, com rigor, eficiência e transparência”.

Os investimentos e os recursos para a educação da EJA continuam limitados. Segundo Torres (2001), chama a atenção para a falta de investimento para esta modalidade assim como para o fato de, mais uma vez, a Educação de Jovens e Adultos ser colocada em segundo plano:

Tudo isso é preocupante não só pelo abandono educativo de jovens e adultos enquanto tais, mas também pela visão estreita que tal descuido revela em relação à própria meta (considerada prioritária) da universalização da educação primária infantil. Deixar de lado a educação de adultos é ignorar mais uma vez o ponto de vista da demanda educativa, a importância da família como suporte fundamental para o bem estar e a aprendizagem infantil, e, em última instância, como fator relevante nas condições de aprendizagem no meio escolar. (p.33)

Tais reflexões remetem à dimensão política que implica na vivência da democracia e a substituição do poder “sobre” pelo poder. Não se trata de repartir ou transferir o poder, isto é, de tirá-lo de uns e passá-lo para outros, como costuma acontecer em contextos burocráticos, mas sim, de compartilhar o poder, de modo que aumente o poder de todos (LÜCK, 2008, p.66).

É possível perceber que é na co-participação que o poder coletivo cresce. Vale dizer que ninguém realmente sai ganhando, a menos que todos ganhem em conjunto.

[...] a mudança pode ser um desafio e um estímulo ou uma confusão e frustração. [...] as propostas apresentadas por vezes partem de uma visão restrita, voltada para dentro, sem uma análise adequada da situação social presente e das novas exigências dessa sociedade em transformação (ALONSO, 1995, p. 26)

A descentralização do poder é fundamental em qualquer instância administrativa, isso significa a democratização de uma sociedade. A escola busca

ainda com pernas curtas democratizar a educação, mas continua insegura com a participação daqueles que “não têm o saber científico”, ajudar a mudar a realidade e dar sugestões na escola. Para Lück (2008) tem como pano de fundo, fundamentalmente, a perspectiva de democratização da sociedade, como também a melhor gestão de processos sociais e recursos, visando à obtenção de melhores resultados educacionais.

As políticas públicas federais têm contribuído com a educação da EJA ao longo da história do ensino público e gratuito no país. A LDB 9394/96 em seus artigos 37 e 38 e a Constituição Federal 88 no Artigo 208, e a Resolução CED/CNE nº 1 de 2000 do Conselho Nacional de Educação (CNE), garantem o ensino dos jovens e adultos nos sistemas público e privado de ensino a formação formal dos sujeitos vinculados à modalidade (BRASIL, 2000).

As políticas públicas do sistema Estadual de Ensino também elevaram a qualidade ao sistema público de ensino as escolas estaduais que estão desenvolvendo a modalidade EJA nos cursos noturnos. O Parecer nº 774/99 e da Resolução nº 250/99, que fixam a Educação de Jovens e Adultos no sistema Estadual de Ensino, normatizando ao sistema a oferta do ensino fundamental e médio e gratuito da modalidade EJA, com estrutura diferenciada para acolher e desenvolver metodologias de acordo com as diferentes realidades (RIO GRANDE DO SUL, 1999).

Por sua vez, o Projeto Boa Escola para Todos, têm como princípio um novo rumo em gestão democrática que avança nos ambientes escolares, na esperança de crescimento e valorização profissional de quem trabalha no sistema público e qualidade de ensino para crianças e jovens que dele depende como formação formal.

Nesse contexto, os programas do governo estadual priorizaram as escolas públicas com projetos visando o crescimento, inovação, qualidade de ensino e mudanças nas estruturas físicas das escolas de ensino fundamental, médio e técnico. Durante o desenvolvimento dos projetos, os gestores das escolas públicas, foram formados para aplicar, conduzir os projetos, através das orientações e do pessoal especializado das Coordenadorias (CREs) do estado. Os projetos foram

criados em 2006, visando metas para educação da Agenda 2020 – O Rio Grande Que Queremos (RIO GRANDE DO SUL, (2006).

De certo modo, tais ações representam um avanço nessa demanda, pois a educação estadual necessita de grandes projetos na área da educação, visto que apesar do pouco crescimento, já houveram mudanças significativas, por outro lado, a partir daqui muitos fatores podem interferir no seguimento das metas que podem mudar ao longo do caminho. É importante salientar que durante este processo, além da à grande maioria dos educadores e inclusive da EJA, receberam formação continuada em suas áreas específicas.

Segundo (2007), a qualidade de ensino, envolve o entendimento do significado da qualidade em educação, no sentido de para quê a qualidade deve servir a variação do significado de qualidade, de acordo com o contexto cultural, a definição de padrões de qualidade.

Partindo do pressuposto de que mudanças são necessárias no sistema educativo, este Projeto de governo pode desencadear uma ruptura nas tradicionais práticas de ensino no Estado do RS. Isto porque a qualidade do ensino, tão necessária e preconizada passa segundo Lück (2007), pela garantia de variados processos e condições interligados, envolvendo múltiplos aspectos internos e externos á escola e aos sistemas de ensino

Nesse sentido também analisam Libâneo; Oliveira; Toschi (2007), para o qual as escolas são, pois, ambientes formativos, o que significa que as práticas de organização e de gestão educam, isto é, podem criar ou modificar os modos de pensar e agir das pessoas. Por outro lado, também a organização escolar aprende com as pessoas, uma vez que sua estrutura e seus processos de gestão podem ser construídos pelos próprios membros que a compõem.

Durante o desenvolvimento das políticas públicas no Brasil, o ensino da EJA vem sofrendo contradições com a legislação vigente que prevê o incentivo e a obrigatoriedade da educação básica gratuita a todos. As contribuições da legislação vêm acalantar uma reivindicação da sociedade como um todo. Os jovens e adultos, buscam nessa oportunidade novas perspectivas de trabalho e vida decente.

Apesar das dificuldades, é evidente o esforço das políticas públicas serem direcionadas e legalizadas no sentido de buscar alternativas e incorporar nas leis o

direito daqueles que não conseguiram concluir seus estudos em tempo certo, garantindo os direitos dos cidadãos por uma educação de qualidade e de respeito com o próximo.

3.2 Políticas Públicas, Gestão Escolar e perspectivas para a EJA

Mudanças se conquistam através de um trabalho que vise o crescimento de todos, tendo como objetivos alcançar grandes propósitos inovadores e promissores para aquela realidade escolar. Construir conhecimentos a partir das práticas escolares coletivas constitui-se, em um processo fundamental a ser promovido na escola, e que sustenta e faz avançar a gestão da escola e a qualidade de seu trabalho educacional (LÜCK, 2008, p. 60).

Toda mudança causa desequilíbrio, desacomoda o que está por longos anos parado no tempo, por isso, muitas vezes mexer num sistema “acomodado” pode causar transtornos, têm pessoas que não gostam e nem aceitam qualquer tipo de mudança, preferem continuar do “jeito” que está, pois ter que discutir pensar e inovar o ambiente trabalho exige planejamento, ações a serem colocadas em prática. Nesse sentido, a escola que deveria ser um ambiente de inovação e mudança, se cala diante do diferente da resistência do outro.

Segundo Lück (2008), em meio a esse processo, não apenas a escola desenvolve a consciência sobre a necessidade de orientar o seu processo interno de mudança, de modo a acompanhar as novas condições externas, como a própria sociedade cobra que o faça.

Segundo Moura (2004), o mundo do trabalho demanda por indivíduos autônomos que possam atuar em um ambiente de geração do conhecimento e, também, de transferência a outros contextos em constante transformação.

Buscando tais perspectivas, a gestão democrática tem espaço para mudanças significativas na escola, pelo envolvimento e decisões daqueles que juntos buscam aprimorar novos métodos de ensino, através da participação e fortalecimento de práticas que inovam o saber pedagógico do professor e alunos.

As transformações na escola pública dependem de vários fatores, começando pela visão dos gestores, de suas atribuições e competências. Conforme Santos (2008), a escola é um organismo vivo e que a crise da educação está relacionada á demanda de reorganização do Estado. Valorizam a formação do educador comprometido com a comunidade e não com a burocracia, o papel do gestor escolar, sua experiência docente, a escolha democrática, e a autonomia das instituições educacionais.

Em meio a esse processo de mudança, não apenas a escola desenvolve a consciência sobre a necessidade de orientar o seu processo interno de mudança de modo a acompanhar as novas condições externas, como a própria sociedade cobra que o faça (LÜCK, 2008).

[...] a construção da especificidade dos processos de gestão da escola, predominando a concepção do transplante das teorias da administração de empresas para o ambiente escolar. Assim, é necessário superar a fragilidade da formação de gestores escolares oferecidas. Na verdade, a pulverização de habilitações, refém de demandas específica, compromete a formação do pedagogo como um profissional da educação, capaz de pensar a escola globalmente e inserir-se nela como elemento dinamizador da própria docente (BORDIGNON, 1993, p. 150).

Dentro desse processo governamental, a concepção da gestão escolar está entre a autonomia e democratização do ensino. Descentralização do poder, democratização do ensino e de sua gestão, busca crescente de qualidade, instituição de parcerias, flexibilização de experiências, mobilização social pela educação, sistema de cooperativas e interdisciplinaridade na solução de problemas são alguns conceitos relacionados a essa mudança (LÜCK, 2006).

Para Saviani (1996), a gestão da educação é responsável por garantir a qualidade da educação, entendida como um processo de mediação no seio da prática social global, por se construir em um mecanismo de humanização e de formação dos cidadãos. A gestão atualmente necessita ser vista a partir dos contextos social, econômico, político, cultural e tecnológico, levando em consideração as novas tecnologias que estão chegando ás escolas.

Nesse sentido, Fortuna (2008), reafirma que a gestão é uma prática social e política, e, por isso, contraditória e parcial, podendo gerar formas autoritárias ou participativas. Por esse motivo, acredita-se em um crescente imbricamento entre a dimensão social e subjetiva, na construção das regras do jogo democrático e no

exercício das práticas administrativas. Principalmente, porque já não se concebe mais a democracia como um produto acabado, mas como um processo em permanente construção, historicamente definido.

Os novos tempos trazem a necessidade concreta de inclusão de grupos anteriormente excluídos ou pela idade, ou pelo gênero, ou pela origem étnica, redimensionando as relações de poder e hegemonia presentes nos espaços da escola, da educação e da cultura (SOUZA, 2000).

Por esse caminho, Lima (2008), contribui relatando que o direito à cidadania nos é dado pelo fato de sermos homes, reconhecimento tido na lei. “O que precisa ser construído é o exercício pleno da cidadania o tempo todo, em todos os espaços” (p. 146). Isso significa que a escola tem como espaço um grande compromisso de formação social do sujeito.

Nessa perspectiva, na década de 1990, programas inovadores no nível de sistemas de ensino municipais em alguns estados brasileiros, como a Escola Cidadã em Porto Alegre (RS). Uma análise geral permite situar como princípios centrais desses projetos a busca por uma escola que refletisse a própria cultura do povo brasileiro. Uma escola capaz de considerar o conhecimento como uma produção social e acreditar na riqueza do conhecimento que se constrói a partir das vivências cotidianas desse povo. As propostas procuram eliminar os erros da escola tradicional alternando a organização e a estrutura da escola e construindo uma nova concepção de avaliação escolar (LISITA; SOUSA, 2003, p. 97).

Podemos observar que bons projetos foram e são de resgate a cidadania e proporcionam melhores condições de vida para crianças, jovens e adultos. A qualificação feita pelos sistemas de ensino é, em si, mesma, determinante da demanda de pessoal qualificado, concluindo que a política educacional produz a demanda que ela própria julga atender (MARTINS; WERLE, 2010, p. 54).

Resgatar a cidadania requer além de bons currículos escolares, formação docente adequada, uma gestão democrática e participativa. Como complementa Santos (2008): “O novo contexto educacional exige, conscientização de que a escola não é uma “ilha deserta”, está inserida na sociedade e deve ter uma prática adequada e baseada em pressupostos coerentes” (p. 16).

Não há lugar para uma visão parcial da unidade escolar com a divisão rígida em seu interior. A abordagem da administração escolar como cultura não pode ser desprezada, quanto se pretende garantir ao pedagogo uma sólida e unificada que lhe garanta as condições para refletir e pesquisar os temas e problemas da educação. Os novos currículos precisam garantir uma base de conhecimento teóricos e práticos que garanta ao futuro profissional da educação a competência para atuar como articulador das atividades pedagógicas dentro e fora do ambiente escolar (TEIXEIRA; PORTO, 1999, p. 114).

Para tanto, é um desafio para todos como gestores na escola acreditar que a educação é à base da mudança e esta é necessária para resgatar a dignidade humana, Se a escola, não mudar, não poderá contribuir para nenhuma mudança (SANTOS, 2008).

Incluindo o fazer da escola, as políticas públicas e os projetos em andamento, levando tudo isso aos cursos noturnos onde desenvolvem o ensino da EJA, existe uma perspectiva positiva. As políticas educacionais têm contribuído para formação dos jovens e adultos, oferecendo cursos e formação tecnológica, isso representa nos dias de hoje, um avanço em relação às décadas passadas. Hoje a formação esta relacionada à formação integral do sujeito, não apenas formando para o mercado de trabalho, mas abrindo espaço para igualdade social.

Segundo Martins; Werle (2010), para alcançar os objetivos de uma educação de qualidade, necessita se embasar em três eixos: fatores escolares (lideranças fortes e democráticas; ambiente escolar favorável ao desenvolvimento de boas relações de trabalho e de aprendizagens; clima; recursos e materiais; trabalho em equipe etc.); fatores da sala (qualidade das salas; relação professor-aluno; planejamento docente; metodologias e recursos didáticos; expectativas de sucesso escolar e avaliação permanente do progresso dos alunos); fatores associados ao pessoal docente (qualificação; formação continuada; condições de trabalho; estabilidade e experiência; relações professor-aluno.

Partindo desses princípios educativos, os cursos da EJA poderão oferecer e alcançar grandes objetivos na educação dos jovens.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Viajando no tempo, percebemos que estamos vivendo um novo contexto histórico, às mudanças e o conhecimento transitam numa velocidade tão grande se pararmos para pensar, já estamos atrasados. A ciência e tecnologia entraram em campos do conhecimento que na história humana jamais tinha chegado a tanto. A globalização interligou todos os setores da sociedade, essa teia de conhecimentos mudou o comportamento do ser humano, respaldados pelo mundo informatizado da ciência e tecnologia e do conhecimento cientificamente acelerado.

Essas constantes transformações mudaram os campos econômico, social e político da sociedade. A insegurança é uma das marcas desse tempo, onde as pessoas se deparam com a universalização dos valores capitalista e o individualismo social amparado pelo egoísmo do consumo. A globalização persiste numa economia acelerada em que a lógica de desenvolvimento é o lucro, estando acima de todos os valores, tem condenado uma multidão de pessoas a viver a margem da pobreza. A ciência e tecnologia reforçam o conceito de competitividade no mercado de trabalho e o processo social de produção tem sido progressivamente substituído por processos mais rápidos, através do domínio do conhecimento cientificamente atualizado.

O enfrentamento dessa realidade requer um processo de educação que garanta a formação do sujeito em sua plenitude, desenvolvendo habilidades, competências para o trabalho, convívio social e educação de qualidade. Partindo desse princípio e segundo a legislação vigente, o sistema de ensino garante gratuitamente o ensino fundamental e médio para crianças e adultos. Neste contexto, a formação do jovem e adulto requer uma educação que possa desenvolver habilidades para o trabalho, nova perspectivas de garantir o desenvolvimento da autonomia e da cidadania.

A educação passa por mudanças por perceber que métodos passados não contemplam a realidade atual, porque, vivemos no auge da transformação tecnológica, o mundo se transforma para acompanhar os novos tempos, com isso, novos modelos de organização, de gestão e de políticas públicas são necessários para atender o mundo de trabalho e na organização da sociedade. Para tanto, as

instituições de ensino precisam remodelar suas ações pedagógicas e a forma de administrar, visando novos paradigmas para acompanhar os novos tempos no mundo pós-moderno.

Paralelos as constantes transformações, novos paradigmas vão se lançando e vem modificando os meios escolares. Administração escolar cede espaço para a “Gestão Escolar”, nova visão de trabalho educativo que veio inovar e buscar outra forma de ser educador, isso significa que o compromisso, antes existentes, soma-se a outros que precisam serem visualizados aos seus propósitos de entendimentos, capacidade de interagir, ter competências profissionais e de ser capaz de fazer daquele lugar um ambiente prazeroso de trabalho e acima de tudo, de transformar aquela realidade educativa.

Em decorrência disso, o papel do gestor escolar vai além de um simples compromisso com a comunidade escolar, mas ter competência profissional para resolver e administrar todos os problemas que envolvem a parte educativa e pedagógica da escola. Além disso, o gestor como agente integrador e articulador das ações educativas com objetivos de alcançar significativas mudanças da realidade escolar. A administração escolar compõe de novos atributos de gerenciar, através da participação coletiva, visando qualidade no ensino.

O sistema educacional busca através de recursos financeiros e de políticas públicas inova o sistema de ensino para melhor atender a demanda de alunos. Leis Federais como a LDB 9394/96 e a Constituição Federal de 1988, se entrelaçam para oferecer escola pública e gratuita aos milhões de estudantes do país. Para o sistema de educação de jovens e adultos, o governo federal nas últimas décadas, buscou formas alternativas para atender essa demanda, abrindo cursos noturnos nas redes pública de ensino, com metodologias diferenciadas para atender os jovens e adultos trabalhadores.

O Estado do Rio Grande do Sul buscou através de projetos governamentais e de políticas públicas, inovar o sistema de educação, tanto para o ensino básico e médio, como também, para educação de jovens e adultos. O Programa Boa Escola para Todos lançou desafios a toda a comunidade estadual, transformando os espaços físicos das escolas, oferecendo recursos didáticos, formação e qualificando pessoal da rede pública para melhor atender os alunos.

Fazendo uma retrospectiva da história do ensino da EJA no Brasil, muitos caminhos foram trilhados e percebe-se que ainda temos muito chão a ser percorrido para alcançarmos o fim do analfabetismo e a permanência de jovens e adultos nesta modalidade de ensino. As iniciativas do governo estadual foram positivas, pois algo precisa ser feito para mudar a realidade do ensino no RS. Houve uma crescente mudança nos espaços físicos das escolas, laboratórios de informática doados pelo governo federal, também teve destaque, assim como a formação continuada. Enfim, não podemos desistir na busca de dias melhores na educação. Projetos inovadores são necessários nas escolas para atender nosso aluno da EJA. Os professores-gestores precisam buscar novas alternativas de trabalho com o objetivo de recuperar essa demanda. As escolas precisam acreditar mais em nossos princípios como educadores, pois a escola é um espaço de mudanças, contra fracasso, a favor da emancipação humana e da sociedade.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, M. de. **Introdução a metodologia do trabalho científico**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 1999.

ALONSO, M. A administração educacional e os desafios da modernidade. **Revista Brasileira de Educação**. Porto Alegre. v, 11, nº. 1. p. 9 - 26, 1995.

BARCELOS, V. **Educação de Jovens e Adultos: currículo e prática pedagógicas**. Petrópolis: Vozes, 2010.

BARROSO, J. **Autonomia e gestão das escolas**. Lisboa: Ministério da Educação, 1996.

BENINCÁ, E. Indicativos Para a Elaboração de Uma Proposta Pedagógica. In: BENINCÁ, E.; CAIMI, F. (Orgs). **Formação de professores**: um diálogo entre teoria e prática. Passo Fundo: UPF, 2002, p. 29-50.

BERNADIM, M. L. **Educação do Trabalhador**: da escolaridade tardia à educação necessária. Guarapuava: Unicentro, 2008.

BORDIGNON, G. Gestão Democrática do Sistema Municipal de Educação. In: GADOTTI, M.; ROMÃO, J. E. (Orgs.), **Município e Educação**. São Paulo: Cortez, 1993, p. 135-171.

BRASIL. **Lei nº 11.741, de 16 de julho de 2008**. Altera dispositivos da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para redimensionar, institucionalizar e integrar as ações da educação profissional técnica de nível médio, da educação de jovens e adultos e da educação profissional e tecnológica. Disponível em: <<http://www010.dataprev.gov.br/sislex/paginas/42/2008/11741.htm>>. Acessado em maio de 2008.

_____. **PARECER CNE Nº 4/98 - CEB** - Aprovado em 29.01.98. Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Fundamental. Disponível em: <<http://www3.dataprev.gov.br/SISLEX/paginas/42/1990/8069.htm>>. Acessado em dezembro de 2003.

_____. **Constituição da República Federativa do Brasil**: Texto constitucional promulgado em 5 de outubro de 1988, com as alterações adotadas pelas Emendas Constitucionais nº 1 a 6/94. – Brasília: Senado Federal Subsecretaria de Edições Técnicas, 2000.

_____. **Resolução Conselho Nacional de Educação** - Câmara de Educação Básica (CEB) nº 1, de 5 de julho de 2000. Estabelece as Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação de Jovens e Adultos. Disponível em: <http://www.diaadia.pr.gov.br/ceja/arquivos/File/DCE_EJA_2print_finalizado.pdf>.

Acessado em dezembro de 2000. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=12449&Itemid=754>. Acessado em janeiro de 1998.

_____. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional n. 9.394**, de 20 de dezembro de 1996. (Lei Darcy Ribeiro) e legislação correlata. São Paulo: EDIPRO, 1996.

CARVALHO, M. L. R. D. **Escola e democracia**. São Paulo: EPU, 1979.

CHIZZOTTI, A. **Pesquisa em Ciências Humanas e Sociais**. São Paulo: Cortez, 1991.

CUNHA, L. A. **Estado, educação e democracia**. Brasília/São Paulo: Clacso/Cortez, 1991.

CURY, C. R. J. **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação de Jovens e Adultos**. Brasília: UNESCO, MEC, 1996-2004.

DEMO, P. **Participação é conquista**. 5. Ed. São Paulo: Cortez, 2001.

ESTÊVÃO, C. A. V. **Gestão educacional e formação**. Disponível em <<http://www.gestaoemacao.ufba.br/revistas/gav>>. Acessado em outubro de 2010.

FARIAS, A. M. Alfabetização e educação popular no contexto das políticas públicas. In: **Simpósio Estadual de Alfabetização de Jovens, Adultos e Idosos**, 1, 2007, Pinhão. **Anais...** Curitiba: SEED/PR, 2006. p. 14-21.

FERREIRA, N. S. C. **Gestão Democrática da Educação**: atuais tendências, novos desafios. 4ª Ed. São Paulo: Cortez, 2003.

FORTUNA, M. L. de A. **Sujeito, o grupo e a gestão democrática na escola pública**. Revista de Administração Educacional, Recife, nº 2, jul. 2008.

FREIRE, P. **Educação e Mudança**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

FRIGOTTO, G. **A Dupla Face do Trabalho**: criação e destruição da vida. In: CIAVATTA, M. (org) **A experiência do trabalho e a educação básica**. Rio de Janeiro: DP&A, 2002.

FUCK, I. T. **Alfabetização de Adultos**. Relato de uma experiência construtivista. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 1994.

GADOTTI, M.; ROMÃO, J. E. (org) **Autonomia da escola**. Princípios e propostas. 2. Ed. São Paulo: Cortez, 1993.

KLEIMAN, A. B.(Org). **A formação do professor**: perspectivas da linguística aplicada. Campinas: Mercado de Letras, 2001.

LIBÂNEO, J. C.; OLIVEIRA, J. F. de; TOSCHI, M. S. **Educação Escolar: políticas, estrutura e organização.** políticas, estrutura e organização. 4 . ed. São Paulo: Cortez, 2007.

LIMA, S. D. de. **Gestão, Planejamento e Políticas Públicas.** ULBRA- Curitiba: lbpex, 2008.

LISITA, V. M. S. de S., SOUSA, L. F. E. C. P. **Políticas educacionais escolares e alternativas de inclusão escolar.** Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

LÜCK, H. **Gestão Participativa na Escola.** Rio de Janeiro: Vozes, 2008.

_____. **Gestão Educacional: Uma questão paradigmática.** Petrópolis: Vozes, 2007.

LÜDKE, M.; ANDRÉ, M. E. D. A. **Pesquisa em educação: abordagens qualitativas.** São Paulo: EPU, 1986.

MARTINS, Â. M., WERLE, F. O. C. **Políticas educacionais: elementos para reflexão.** Porto Alegre: Redes Editora, 2010.

MARQUES, J. C. **Administração participativa.** Porto Alegre: Sagra, 1987.

PARO, V. **Gestão Escolar, Democracia e Qualidade do Ensino.** São Paulo: Ática, 2007.

PARO, V. **Administração escolar.** São Paulo: Cortez, 1988

PIMENTA, S. G. **Professor reflexivo: construindo uma crítica.** In. PIMENTA, S. G.; GHEDIN, E. **Professor reflexivo no Brasil: gênese e Crítica de um conceito.** 3ª Ed. São Paulo: Cortez, 2007.

RIO GRANDE DO SUL. **Parecer nº 774/99.** A Educação de Jovens e Adultos no Sistema Estadual de Ensino. Disponível em: <<http://www.mp.rs.gov.br/infancia/legislacao/id3168.htm>>. Acessado em dezembro de 2010a.

RIO GRANDE DO SUL. **RESOLUÇÃO Nº 250/99.** Fixa normas para a oferta de Educação de Jovens e Adultos no Sistema Estadual de Ensino. Disponível em: <<http://www.mp.rs.gov.br/infancia/legislacao/id3139.htm>>. Acessado em dezembro de 2010b.

RIO GRANDE DO SUL. **Boa Escola para todos.** Disponível em: <http://www.educacao.rs.gov.br/pse/html/artigos_det.jsp?PAG=2&ID=54>. Acessado em dezembro de 2010c.

RESTREPO, Luis Carlos. **O direito à ternura.** 3.ed. Petrópolis: Vozes, 1998.

SANTOS, C. R. dos. **A gestão educacional e escolar para a modernidade.** São Paulo: Cengage Learning, 2008.

SANTOS, G. L. dos. **Educação Ainda Que Tardia**: a exclusão da Escola e a reinserção em um Programa de EJA entre adultos das camadas populares. Belo Horizonte: FAE/UFMG, 2001.

SAVIANNI, D. **Educação brasileira**: estrutura e sistema. São Paulo: Autores Associados, 1996.

SILVA, J. M. da. **A autonomia da escola pública**. 5ª ed. Campinas: Papirus, 2001.

SOARES, L. **O educador de jovens e adultos em formação**. Disponível em: <<http://www.anped.org.br/reunioes/29ra/trabalhos/trabalho/GT18-2030--Int.pdf>>. Acessado em setembro de 2010.

SOARES, L. A educação de jovens e adultos: momentos históricos e desafios atuais. **Revista Presença Pedagógica**. v. 2, n. 1.. p. 27-35, 1996.

SOUZA, J. F. **A Educação Escolar, nosso fazer maior, desafia o nosso saber**: Educação de jovens e Adultos. Recife: Bagaço. 2000.

TEIXEIRA, M. C. S.; PORTO, M. do R. S. **Gestão da escola: novas perspectivas**. São Paulo, apostila digitada, 1999.

TORRES, R. M. **Educação para todos**: a tarefa por fazer. Porto Alegre: Artes Médicas, 2001.

VIEIRA, J. G. S. **Metodologia de pesquisa Científica na Prática**. Curitiba: Fael, 2010.

WEBER, S. Políticas educacionais, práticas escolares e objetivos de aprendizagem: repercussões na sala de aula. In: LISITA, V. M. S. de S.; SOUSA, L F. E.C.P. (Orgs.) **Políticas educacionais, práticas escolares e alternativas de inclusão escolar**. Série ENDIPE. Rio de Janeiro: DP&A, 2003, p. 11-24.